

RIO 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro

Katiuscia Mello Figuerôa¹
Fernando Marinho Mezzadri²
Marcelo Moraes e Silva³

RESUMO

O presente ensaio tem a finalidade de traçar um panorama do esporte brasileiro, sobretudo na esfera do rendimento, no contexto da preparação e organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 através do planejamento, programas, ações e financiamento para o esporte nesse período e da apreciação de experiências afins que nos possibilitem apontar alguns caminhos para que os principais objetivos propostos para a área sejam alcançados. Após percorrer o panorama indicado, verificaram-se as principais propostas e planejamento para o esporte brasileiro no contexto delimitado para o estudo delinear-se algumas sugestões para alcançar as melhorias almejadas para a área, principalmente na esfera do rendimento.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; Esporte Brasileiro; Gestão Esportiva.

1 Pós-Doutoranda em Educação Física – UFPR. Curitiba/Paraná, Brasil.

E-mail: ktmello@gmail.com

2 Doutor em Educação Física – UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UFPR. Curitiba/Paraná, Brasil.

E-mail: mezzadri@ufpr.br

3 Pós-Doutorando em Educação Física – UFPR. Curitiba/Paraná, Brasil.

E-mail: moraes_marc@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O esporte brasileiro passa por um período extremamente importante, já que esta se preparando para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (JO/PO) de 2016. A partir da escolha do país para sediar esses dois megaeventos, muitas possibilidades e desafios surgiram. Uma das grandes oportunidades é que o esporte brasileiro pode sofrer transformações significativas. No entanto, nesse mesmo ponto nos deparamos com grandes desafios, já que, para que isso ocorra, é necessário repensar a maneira como o esporte nacional é tratado.

A expectativa relacionada a tais acontecimentos é de que a realidade esportiva brasileira possa sofrer avanços qualitativos e quantitativos. Sobre a participação esportiva, tomando o exemplo dos impactos dos JO/PO de Barcelona, em 1992, Batlle e Niubó (2002, p. 197) afirmam que “el incremento de la práctica del deporte y la actividad física ha sido, sin lugar a dudas, uno de los cambios más significativos en la gente de nuestra ciudad durante la pasada década”.

É relevante destacar que existe a possibilidade de que nem todos os compromissos assumidos pelo Estado, na proposição para sediar as Olimpíadas, possam ser cumpridos. Entretanto, para que isso não ocorra seriam necessárias soluções de grande complexidade, planejamento, reflexão teórica e compromisso de todas as partes implicadas no processo.

Nesse sentido, o presente ensaio tem o objetivo de traçar um panorama do esporte brasileiro, sobretudo na esfera do alto rendimento, no contexto da preparação e organização dos JO/PO 2016. Estas

reflexões buscam apontar caminhos para que os principais objetivos propostos para a área sejam alcançados.

POSSIBILIDADES

a) Propostas e planejamento

Algumas informações relevantes para compor o panorama do esporte brasileiro no contexto da preparação e organização dos JO/PO 2016 são as propostas e planos do Governo Federal para a área nesse período. Para obter tais informações, tomamos como base o Dossiê de Candidatura (DC) do Rio de Janeiro para sediar os JO/PO de 2016, os Cadernos de Legados (CLs) dos JO/PO do Rio 2016 e o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDE), discutido na III Conferência Nacional do Esporte em 2010.

O DC é um documento que todas as cidades candidatas à sede olímpica devem entregar ao Comitê Olímpico Internacional (COI), servindo de base para a análise técnica de cada projeto. O DC do Rio divide-se em três volumes, contendo informações sobre 17 temas, como, por exemplo, acomodações, transportes e meio ambiente. Nele, é possível encontrar textos, manuais técnicos, tabelas, mapas e projetos arquitetônicos das instalações previstas. Neste documento, o plano de legado dos JO/PO de 2016 apresenta quatro prioridades-chave, a saber: 1) Transformação da cidade; 2) Inserção social: habitação, treinamento e emprego; 3) Juventude e educação; 4) Esportes.

Entre as propostas apresentadas no DC do Rio de Janeiro à sede dos JO/PO é divulgado que o Comitê Organizador Rio 2016 favorecerá o compromisso do GF de oferecer a todo brasileiro acesso à associação

poderosa entre educação e esporte. Entre as iniciativas específicas apresentadas estão: o crescimento do Programa Segundo Tempo (PST); um investimento de mais de US\$ 400 milhões entre 2009 e 2016 no programa Mais Educação; ampliação dos Jogos Escolares e Universitários. (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009).

Ao mesmo tempo, afirma-se que, além do legado físico das instalações esportivas e dos voluntários treinados para os Jogos, o plano de legado Olímpico Rio 2016 envolve iniciativas que visam ao desenvolvimento do esporte no Brasil, na América do Sul e no resto do mundo. Entre elas citam-se: bolsas para os atletas; bolsas do Centro Olímpico de Treinamento; aumento de investimentos federais no esporte; legado de instalações de treinamento; formação de oficiais técnicos a nível nacional. (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009).

Além disso, comenta-se que o programa Rio Olímpico consolidaria diversas ações existentes que promoveriam o aumento dos investimentos nos novos programas e na infraestrutura vinculada ao esporte. Tais financiamentos ainda permitiriam a promoção do esporte e o acesso das comunidades às instalações dos Jogos. Os JO de 2016 seriam beneficiados por um aumento nos investimentos do setor privado através de programas de incentivo fiscal já em vigor. O financiamento deveria passar de US\$ 80 milhões a, pelo menos, US\$ 200 milhões até 2016, e apoiaria diversas instalações esportivas e a criação de programas ligados ao esporte (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009).

Já os CLs Rio 2016 dividem-se em: CL Urbano e Ambiental, que mostra todo o plano de revitalização e regeneração de diversas zonas da cidade do Rio de Janeiro,

assim como a implantação do sistema de transporte de massa *Bus Rapid Transit* (BRT) e a expansão do metrô e de trens metropolitanos; CL Social, que apresenta o plano de disseminação de programas socioesportivos do ME e de redução do déficit de infraestrutura esportiva na rede pública de ensino brasileira e CL Brasil, que contém diversos dados sobre o país e sobre a cidade sede que pudessem dar ao COI uma visão global da nação, permitindo que fosse comparada às nações mais poderosas do mundo e mostrando que está preparada para sediar grandes eventos esportivos.

Dentre os três CLs, o Social é o que abrange o tema do legado para o esporte. No entanto, vale mencionar um fragmento do CL Brasil, que diz que a principal herança que tais jogos deixarão ao país é o Legado Esportivo, que procurará garantir que a prática esportiva e a atividade física disseminem-se amplamente no cotidiano da cidade e do país, que haja um progresso evidente no desempenho olímpico brasileiro, uma boa qualificação de equipes técnicas, um incremento no intercâmbio com outros países, o aproveitamento integral das instalações esportivas utilizados nos Jogos e um maior desenvolvimento na cadeia esportiva do esporte e o Legado Social, que possui projetos de inclusão e promoção das populações de menor renda. É comentado no texto que são previstas oportunidades inéditas para as camadas ditas vulneráveis e que compõem uma grande parte da população da cidade sede brasileira (BRASIL, 2009a).

Da mesma forma, no CL Social, o ME garante que, através de políticas públicas de inclusão social – já em curso ou ainda por serem adotadas pelos governos federal, estadual e municipal –, o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à qualificação

profissional constituirá o exercício do direito de cidadania e uma porta aberta para o futuro de milhares de jovens em situação de vulnerabilidade. Ressalta-se ainda que um dos maiores legados que um evento como os JO/PO podem deixar é o aumento do interesse de crianças e jovens pela prática esportiva, que pode ser melhorado quando associado a oportunidades de formação educacional, profissional e cultural. Segundo o documento os JO/PO deixarão como legado material maior estrutura de equipamentos esportivos, contratação de milhares de monitores, reposição de materiais esportivos em todo o país, mas principalmente nas escolas do Rio de Janeiro. Com a mesma importância, também deixarão a iniciação esportiva e a disseminação da prática do esporte associada a valores de cidadania e educação. (BRASIL, 2009b).

Completando esta base propositiva surge o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDE), discutido na III Conferência Nacional do Esporte em 2010 e que tem como tema “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, pretende consolidar o esporte e o lazer como política de Estado, tendo como base os princípios que balizam a Política Nacional do Esporte e que dialogam com grandes objetivos da gestão pública do GF, que são: Universalização, inclusão social e desenvolvimento humano pelo esporte; Democratização da gestão e da participação social; Esporte como desenvolvimento econômico e nacional e Elevação do nível cultural esportivo da população (BRASIL, 2009c, p. 14).

Este Plano se difere de um Plano Estratégico de Gestão ou de Governo, já que ultrapassa o calendário de gestões governamentais, orientando ações gerais para o fortalecimento e desenvolvimento do

setor, sendo garantido e regulamentado por instrumentos legais. A estrutura do Plano se apoia em dez linhas estratégicas que consideram os pontos fundamentais da gestão do esporte e lazer, sendo que, cada linha se compõe de um conjunto de ações que mostram as formas de desenvolvimento dos diversos campos e orientam as maneiras de consolidação da política de esporte e lazer nas diversas áreas. As dez linhas estratégicas são: 1) Sistema Nacional de Esporte e Lazer; 2) Formação e Valorização Profissional; 3) Esporte, Lazer e Educação; 4) Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; 5) Ciência, Tecnologia e Inovação; 6) Esporte de Alto Rendimento; 7) Futebol; 8) Financiamento do Esporte; 9) Infraestrutura Esportiva e 10) Esporte e Economia. (BRASIL, 2009c).

Entendemos, então, que estas são as principais propostas e o planejamento para o esporte brasileiro nesse contexto de preparação e organização dos JO/PO de 2016, mostrando que pelo menos no ponto de vista documental as possibilidades de desenvolvimento para o esporte brasileiro são bem promissoras.

B) Ações e financiamento

Para entender melhor como funcionam as ações e financiamento para essa área, veremos algumas situações sobre a realidade do esporte no país. Resumidamente, percorreremos alguns programas de incentivo que podem ser divididos em três blocos: o primeiro fará referência àqueles que abordam o esporte educacional e de participação; o segundo, aos que apresentam tanto atributos das dimensões de participação/educacional quanto de rendimento, e o terceiro, o esporte de rendimento.

Entendemos que o esporte educacional e de participação são a base para o esporte de rendimento, assim como este é um modelo que incentiva a prática esportiva no âmbito educacional e de participação. Dessa forma, verifica-se a necessidade de se incentivar todas as manifestações⁴.

No primeiro bloco, mais ligado a uma dimensão de esporte de participação e educacional, encontramos os seguintes programas:

- Mais Educação – aumenta a oferta educativa nas escolas públicas, através de atividades optativas agrupadas em macrocampos (meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, prevenção e promoção da saúde, etc.).
- Segundo Tempo – destinado a crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais. Incentiva o esporte como fator de desenvolvimento da cidadania e de melhoria da qualidade de vida.
- Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Com a finalidade de desenvolver uma proposta de política pública que atenda às necessidades de esporte de lazer da população, o programa oferece atividades de oficinas esportivas, ginástica, teatro e música para pessoas de todas as idades, através de núcleos implantados nas comunidades.
- Forças no Esporte (PROFESP) – desenvolvido em 2003, atende estudantes que recebem duas refeições

diárias, três vezes por semana; eles ainda têm a oportunidade de praticar esportes em espaços do Exército, Aeronáutica e Marinha, além de assistir aulas de reforço escolar. O termo de cooperação foi firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Defesa. O ME fica encarregado de fornecer recursos financeiros para contratação de profissionais e materiais esportivos, enquanto o MDS fica responsável pela verba para a alimentação.

Abrangendo atributos das dimensões de participação/educacional bem como da de rendimento, podemos situar num ponto intermediário os programas:

- Olimpíadas Escolares – envolvem o COB, o ME, empresas privadas e visam à prática esportiva entre jovens brasileiros, o retorno das disputas estudantis e, principalmente, promover a inclusão social dos jovens a partir do esporte.
- Atleta na Escola – é um programa de Formação Esportiva Escolar que tem o objetivo de incentivar a prática esportiva na escola, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre os estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta e identificar e orientar jovens talentos.

4 As informações sobre os programas estão disponíveis nos sites do Ministério da Educação, Ministério do Esporte e Ministério da Defesa.

- Lei de Incentivo ao Esporte – estimula pessoas físicas e jurídicas a patrocinar e fazer doações para projetos esportivos e paradesportivos em troca de incentivos fiscais. Pessoas físicas têm um desconto que pode alcançar 6% no valor do Imposto de Renda devido; e cabe ao contribuinte decidir se quer usá-lo em sua totalidade no incentivo ao esporte. Pessoas jurídicas têm um desconto de até 1% sobre o imposto devido.

Fazendo parte do terceiro bloco, os programas que abordam o esporte de rendimento são:

- Bolsa-Atleta – maior programa de patrocínio individual de atletas do mundo, vigente desde 2005, através do qual o governo repassa uma contribuição mensal, que varia de acordo com os resultados conseguidos pelo atleta. Os atletas devem estar matriculados em instituições de ensino, participar de competições, ter vínculo com entidades esportivas e comprovar sua participação em treinamentos.
- Brasil Medalhas 2016 – lançado no dia 13 de setembro de 2012, o programa investirá R\$ 1 bilhão a mais, entre 2013 e 2016, em ações para tentar fazer com que o país fique entre os 10 primeiros países nos JO e entre os 5 primeiros nos Jogos PO do Rio de Janeiro. Nessa lei, há novas categorias – a Bolsa-Pódio e a Bolsa-Técnico. O plano ainda contempla recursos para aquisição de equipamento esportivo, apoio a

treinamento e competições de atletas no Brasil e no exterior e destinação de recursos para construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, dos quais 21 são centros de modalidades olímpicas e um paraolímpico. Ainda dentro desse programa, temos a informação de que algumas estatais apoiarão modalidades esportivas em um formato distinto do patrocínio que muitas delas já dão, focando na preparação de atletas e seleções para os JO/PO de 2016.

De acordo com notícia publica no site Portal do Brasil em 13 de agosto de 2012, após terminar em 22º em Londres, com 17 medalhas, o governo brasileiro reforçou a ideia de que o país deve ficar entre as 10 nações com mais medalhas nos JO do Rio. Para tanto, o governo tem um plano de investimento, em que o ponto principal é aumentar a participação dos atletas brasileiros em competições internacionais. Esse trabalho será feito prioritariamente com as equipes sub-21 e sub-19, com planos específicos para cada esporte. Além disso, os atletas treinarão com comissões e técnicos estrangeiros. Aumentar o foco nas modalidades individuais do país, que já vêm tendo bons resultados, é outra estratégia para aumentar o número de medalhas. Nessa matéria, há uma comparação com o ciclo olímpico de Pequim, em que os investimentos procedentes da Lei Agnelo Piva saltaram de R\$ 230 milhões para R\$ 331 milhões nos quatro anos até Londres; e comentários de que, segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as grandes potências gastaram uma média de mais de US\$ 1 bilhão nesse mesmo período. (PORTAL BRASIL, 2012).

Sendo assim, surgem os principais desafios para o esporte brasileiro. Torna-se imperativo saber se todos esses programas, projetos e ações realmente funcionaram, se os investimentos estão sendo aplicados corretamente, se há investimento suficiente no esporte; enfim, se há controle e monitoração sobre o que está sendo feito. As questões surgem, principalmente, em função de os resultados do esporte brasileiro, em competições internacionais ou nos JO, não corresponderem às expectativas.

DESAFIOS

A) “Perdendo o bonde”

Em matéria publicada no *site* da BBC Brasil, em 12 de agosto de 2012, foi apontado que, após investimento, o Brasil avançou em medalhas, mas “perdeu o bonde para 2016”. O país conquistou 17 medalhas (sendo três de ouro), o que superou em apenas Dois pódios a modesta previsão do COB de atingir os mesmos resultados dos JO de Pequim. Essa previsão foi justificada pelo comitê pela falta de tempo para que as confederações pudessem colocar seus projetos em andamento, desde que se anunciou um aumento de R\$ 90 milhões no investimento, em 2011. Para o COB, esse investimento deveria ter acontecido antes, visando aos Jogos de 2016. Além de especialistas na área de economia do esporte e profissionais ligados a confederações de esportes individuais dizerem que, mesmo com um aumento de benefícios a atletas e investimento na infraestrutura de treinamento, seria tarde para tentar atingir os resultados almejados para 2016. A delegação brasileira até teve um bom

desempenho, tendo a *performance* esperada no judô, vôlei e vôlei de praia, houve as boas surpresas do boxe, pentatlo moderno e na ginástica artística masculina. Contudo, mesmo que o Brasil tenha alcançado a meta no que diz respeito às medalhas, alguns resultados foram classificados como “pontos de atenção” quanto a ausência de medalhas no atletismo, hipismo, *taekwondo*, basquete e futebol feminino; uma única medalha na vela e duas na natação. Ainda é assinalada a dificuldade de renovação em diversas modalidades, principalmente no atletismo, natação e na ginástica feminina, pois o problema de corte de idade no contingente de atletas deve afetar, para pior, o desempenho do país em 2016. (PORTAL BRASIL, 2012; COSTA, 2012b).

Na matéria de 31 de julho de 2012 da BBC Brasil, especialistas falam sobre as falhas dos ginastas brasileiros nos JO de 2012. Foi lembrado que a seleção brasileira de ginástica é a única que chegou a Londres contando com três atletas, que recentemente criaram novos movimentos incorporados ao código de pontuação da modalidade. Apesar disso, após diversos erros e acidentes nas apresentações, a equipe feminina ficou de fora das competições individuais e por equipes. A seleção masculina, por sua vez, ficou fora das disputas por equipes e Diego Hypólito, que era uma esperança de classificação, não se qualificou para as finais individuais. Erros nas apresentações dos ginastas também os deixaram de fora do pódio em 2004 (Daiane dos Santos) e 2008 (Diego Hypólito). Na matéria, o especialista em ginástica artística e professor da Unicamp, Marco Antonio Bortoleto, diz que as falhas estão relacionadas com as dificuldades que o esporte passa no país. Ele comenta que os atletas já chegam lesionados, desgastados

e com menos suporte do que os esportistas de outros países. Bortoleto ainda explica que as equipes brasileiras são pequenas e dependem da *performance* de poucos atletas, enquanto outros países competem em todos os aparelhos com quatro atletas de alto nível de competitividade. O entrevistado termina mostrando-se pessimista quanto ao desempenho da equipe nos Jogos do Rio. (COSTA, 2012a).

Conforme salientado nas linhas acima, sem o avanço significativo no número de medalhistas e de atletas de peso internacional, em 2016, o Brasil corre o risco de fazer o contrário do que a Grã-Bretanha fez em Londres em 2012. Este desempenho mediano dos atletas brasileiros em 2012 pode traduzir-se em um espetáculo onde o público terá que torcer para não-compatriotas em 2016. (BBC BRASIL, 2012).

Como visto nos tópicos sobre propostas e planejamento e nos de ações e financiamento é claro que existe um plano para 2016, contudo os dados levantados mostram que os resultados não foram satisfatórios. Neste ponto surgem rugas entre dois entes: o Governo Federal e o COB. Para o COB, o resultado do Brasil em Londres foi além do esperado, no entanto, o resultado não agradou o governo, que esperava que os recursos empenhados após os Jogos de Pequim surtiram mais efeito. O ministro do esporte, Aldo Rebelo, afirmou que é preciso melhorar muito até 2016 e que há necessidade de mais integração entre governo, COB e confederações. Rebelo solicitou, ainda, um levantamento de todos os atletas que tiveram destaque e ficaram entre os cinco ou dez mais bem colocados, que poderão ter prioridade de recursos após análises estatísticas, as quais definirão o tipo de apoio e as ações em cada

modalidade. Ricardo Leyser, secretário nacional de Esporte de alto rendimento, diz que há divergências entre ME e COB, no que concerne à condução dos investimentos e sobre as modalidades que recebem mais recursos. Nos últimos quatro anos, houve um investimento de R\$ 1 milhão nos atletas de rendimento, exclusivamente pelo governo federal, através de alguns de seus programas de incentivo, além de outros R\$ 331 milhões repassados ao COB, por meio da lei Agnelo Piva. Dessa forma, o Brasil contou, na preparação para Londres, com o maior aporte de sua história. Somando-se os patrocínios, o valor aproxima-se dos R\$ 2 bilhões no ciclo, o que significa mais recursos do que tiveram grandes potências olímpicas, como a Grã-Bretanha, que investiu £ 500 milhões (R\$ 1,6 bilhões). (CARRANCA, 2012).

Uma crise deflagrada entre o COB e o GF, por causa do resultado dos JO/PO de Londres. A entidade governamental argumenta que apesar de um aumento de 43,9% nos recursos repassados ao comitê em comparação com Pequim, o país conseguiu apenas duas medalhas a mais que nos jogos anteriores e chegou a menos finais – 35 em Londres contra 41 em Pequim. A relação entre o COB e o GF está em seu pior momento e o planalto não esconde que seu objetivo é tirar da entidade o monopólio pela organização do esporte no país. Isso permitiria a escolha de setores para investir a partir de uma política de estado, e não de interesses de federações que votam pelo presidente do COB, na maioria das vezes, em troca de benefícios para suas modalidades. O presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, por sua vez, aproveitou para provocar o governo, dizendo que de nada adianta descobrir e ter talentos se eles não tiverem

onde treinar – lembrando que o Brasil não tem um ginásio Olímpico. Comentário que não foi muito bem recebido pelo governo (CARRANCA E CHADE, 2012).

Como solucionar tais rugas e disputas entre a entidade que controla o esporte olímpico brasileiro (COB) com o órgão governamental que financia o esporte nacional? Um caminho interessante seria a valorização da área de ciência do esporte. Afinal tais atividades podem colaborar com o desenvolvimento de serviços para atletas de rendimento – como psicologia do esporte; fisioterapia; biomecânica; fisiologia; nutrição e uso de sistemas tecnológicos, que analisam o desempenho dos atletas, os quais seriam beneficiados juntamente com equipe técnica, universidades, bem como profissionais das várias disciplinas relacionadas ao esporte, *marketing* e gestão esportiva.

A) Experiências em ciências do esporte

Após ter uma visão geral da conjuntura do esporte do país em meio à preparação e organização para os JO/PO de 2016, percorreremos de uma forma breve outras experiências afins com o intuito de conferir o que já foi feito e, a partir disso, apontar alguns caminhos e possibilidades para o esporte brasileiro.

Green e Houlihan (2005) iniciam seu trabalho, *Elite Sport Development Policy Learning and Political Priorities*, comentando que o sistema nacional de esportes britânico necessitava de uma reforma. O que foi visto até agora nos leva a crer que no Brasil, essa realidade não é

muito diferente. Os autores contam como alguns países deram um salto significativo em sua *performance*. Temos como exemplo a Austrália que, depois de muitos resultados ruins, decidiu investir dinheiro público em instalações, ajuda aos atletas e federações; ou na Finlândia que, quando resolveu dar a todas as dimensões de esporte. (GREEN; COLLINS, 2008). Green e Houlihan (2005) comentam que são poucos os governos que ainda não reconheceram que o esporte é uma forma barata e extremamente flexível de se conseguir visibilidade, ou dar uma impressão ao público/eleitorado de estar alcançando objetivos domésticos e internacionais.

Para que se obtenha essa visibilidade, é necessário que o esporte de elite seja bem sucedido. Sobre o tema, alega-se que existem muitos estudos que tentaram descobrir os ingredientes do sucesso, no desenvolvimento de atletas de elite, e cada autor conseguiu ressaltar alguns elementos desse processo. (OAKLEY E GREEN 2001; DIGEL, BURK, E FAHRNER, 2006; GREEN E HOULIHAN, 2005; DE BOSSCHER, *et. al.* 2008; BERGSGARD *et.al.* 2007). Green e Houlihan (2005) organizaram esses elementos em três fatores ou categorias: contextual, processual e específico. Citando alguns exemplos, o contextual seria a disponibilidade de fundos ou patrocínios; o processual, um sistema de identificação de talentos e específico, instalações esportivas.

No documento, é sugerida uma tabela com fatores que colaboram para o sucesso do esporte competitivo (GREEN; HOULIHAN, 2005, p. 4).

FATORES	OAKLEY AND GREEN	DIGEL	SPLISS CONSORTIUM	GREEN AND HOULIHAN
Contextual	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura de excelência - Financiamento adequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do governo, especialmente, financeiro - Sucesso econômico e patrocínio empresarial - A mídia apoiando uma cultura esportiva positiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio financeiro - Participação no esporte - Pesquisa científica 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio para atletas "full-time"
Processual	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão clara do papel das diferentes agências - Simplicidade de administração - Sistema eficaz de monitoramento do progresso dos atletas - Identificação de talentos e direcionamento de recursos - Sistema de planejamento abrangente para cada esporte - Suporte de estilo de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento dos talentos através do sistema de ensino e dos programas de inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de talentos e sistema de desenvolvimento - Apoio para o atleta e programa pós-carreira (aposentadoria) - Abordagem integrada para o desenvolvimento de políticas - Fornecimento de treinamento e desenvolvimento técnico 	
Específico	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas competitivos bem estruturados - Instalações específicas bem desenvolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços de apoio à ciência esportiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Competição internacional - Instalações para treinamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma hierarquia de oportunidades de competição centrada na preparação para eventos internacionais - Desenvolvimento de instalações para o esporte de elite - Fornecimento de serviços de treinamento, ciência esportiva e medicina esportiva

Para começar a mudar o esporte brasileiro, poder-se-ia tomar os modelos acima apresentados (OAKLEY E GREEN 2001; DIGEL, BURK, E FAHRNER, 2006; GREEN E HOULIHAN, 2005; DE BOSSCHER, *et. al.* 2008; BERGSGARD *et.al.* 2007) e montar serviços que vem sendo oferecidos em outros países há muitos anos. Estes serviços são denominados de inteligência esportiva ou *benchmarking*. Tais ações oferecem

dicas, sugestões e consultoria referentes ao treinamento, biomecânica e gestão esportiva, com conceitos e métodos baseados nas ciências do esporte. Buscam analisar dados para compreender melhor os resultados e mostrar diferentes caminhos, para que uma equipe ou atleta obtenha a máxima excelência em *performance*.

A Inteligência Esportiva tem a visão de fazer com que o esporte seja mais

profissional e competitivo com a ajuda de tecnologia de ponta. Citando algumas definições sobre *benchmarking*, teríamos: “es la búsqueda de las mejores prácticas de la industria que conducen a un desempeño excelente” (CAMP *apud* MONFORTE, 2007); e “es un proceso sistemático y continuo para comparar nuestra propia eficiencia en términos de productividad, calidad y prácticas con aquellas compañías y organizaciones que representan la excelencia” (KALLÖF E ÖSTBLÖM *apud* MONFORTE, 2007). *Benchmarking* (ou estudos de desempenho comparativo) seria, então, um procedimento através do qual se analisa como outro empreendimento realiza uma função específica, para conseguir uma melhora na realização de uma função semelhante. À comparação de desempenho entre dois ou mais sistemas dá-se o nome de *benchmarking* e os sistemas usados são chamados de *benchmark*.

Sobre o mesmo assunto Reyes (2012) nos dá algumas pistas sobre *benchmarking* para organizações esportivas. Em seu texto, ele diz que o *benchmarking* é um processo que serve para comparar e medir as operações de uma organização, ou seus processos internos/externos, com os de um reconhecido líder de mercado. O autor explica que *benchmark* são as organizações que servirão de referência e comenta que, se falamos de qualquer organização esportiva, é lógico pensar em processos de estudos de possíveis adversários, mediante a inteligência esportiva – com a qual possamos identificar os processos que os tenham permitido alcançar altos níveis de desenvolvimento e resultados competitivos, em que o *benchmarking* tem um papel importante. Em seus estudos, Reyes afirma que o conceito de *benchmarking* começou

a ser utilizado há pouco mais de 20 anos. A concorrência cada vez maior a que são submetidas muitas organizações – incluindo aí as esportivas – acaba as obrigando a buscar recursos e técnicas inovadoras, com as quais poderiam ser mais competitivas – entre estas, se encontra o *benchmarking*.

Esses são alguns modelos e caminhos que poderiam ser seguidos – feitas as adaptações necessárias ao contexto do país – para que o esporte se desenvolva na medida esperada.

C) Discussão

Desde que foi eleito como anfitrião dos JO/PO de 2016, o Brasil tem ao seu alcance uma oportunidade única: a chance de reformar a estrutura do sistema nacional de esportes com novas propostas e novos métodos.

Para reforçar a ideia de que é possível reformar a estrutura esportiva do país aproveitando a realização de um megaevento esportivo como os JO/PO, temos Soler (2012) que em seu livro “Inteligencia Deportiva” diz ter vivido um momento maravilhoso durante os JO de Barcelona em 1992. O autor comenta que se deu conta da importância da gestão política de um evento como aquele, que teria uma transcendência enorme sobre a cidade e o país e que, desde então, nunca mais experimentou uma sensação parecida, com toda intensidade, ante um fenômeno grandioso. Ele completa dizendo que aquilo realmente transformou o esporte da Catalunha e de toda a Espanha.

No entanto, para que o desenvolvimento do esporte apresente indicativos de desenvolvimento social, técnico, econômico e político relevantes, se necessitam

estratégias de ações que incluam a participação efetiva da comunidade, programas educacionais, capacitação profissional e infraestruturas acessíveis. Da mesma maneira, os processos e resultados das políticas para o esporte e lazer antes, durante e depois dos JO/PO de 2016 deveriam ser controlados e avaliados constantemente desde o princípio. Lembramos que o esporte deve ser desenvolvido como um todo, ainda que nesse momento tenhamos enfatizado o esporte de rendimento. A base do rendimento são (ou deveriam ser) as vertentes educacional e participativa e, por outro lado, o esporte de rendimento é modelo e incentivo para os esportes educacional e participativo.

Se os objetivos fossem alcançados, ainda restariam tarefas para depois, já que o desafio seria dar sequência ao trabalho realizado para que não se perdesse o que foi feito e para que a situação continuasse prosperando. Temos aqui alguns exemplos, como Soler (2012, p. 45-47), ao afirmar que, depois dos JO de Barcelona, a cidade poderia ter dito “pronto, já fizemos tudo no esporte; não precisamos fazer mais nada”, mas foram capazes de definir o “Plan Estratégico del Deporte de Barcelona”. Nesse período, Soler fazia parte do Conselho Superior de Esportes da cidade e, segundo o autor, houve a iniciativa de mostrar o esporte como instrumento de saúde e qualidade de vida, aproximando a prática aos cidadãos. O autor desenvolveu uma pesquisa que mostra que 16 milhões de pessoas, entre 15 e 75 anos, praticam algum esporte e que a imagem da Espanha no âmbito esportivo melhorou consideravelmente, assim como a posição do país no esporte internacional (SOLER, 2012, p. 85).

Outro bom exemplo retirado da *web page* oficial da Embaixada Britânica

em Brasília é que, depois de conseguir seu melhor desempenho em toda sua história de participações olímpicas, o Reino Unido mantém os investimentos e amplia as iniciativas para o esporte com vistas ao futuro do esporte no país: serão mantidos os fundos para o esporte de elite; o sistema lotérico continuará separando sua parcela para o fundo esportivo; 40 mil novos líderes comunitários foram recrutados para trabalhar em práticas esportivas locais; e 6 mil clubes esportivos serão criados em escolas públicas. (UK IN BRAZIL, 2012).

Podemos seguir os passos da Espanha, Reino Unido e outras nações no que diz respeito à transformação esportiva, no entanto, o caminho a ser percorrido é longo. Como exemplo dessa dificuldade, devemos lembrar que, para garantir a colocação do Brasil entre as 10 potências com mais medalhas, como se espera, o país terá que ganhar aproximadamente 30 medalhas, ou seja, 13 a mais do que as obtidas em Londres. Pode-se dizer que há muito trabalho pela frente. O Brasil necessitaria muitas mudanças e, entre estas, o estabelecimento de políticas públicas para o esporte de rendimento que realmente funcionem, caso queira alcançar a visibilidade e os resultados almejados. Pela quantidade de programas, projetos e ações existentes, sugere-se que o problema do esporte de rendimento (e também das outras manifestações) brasileiro não é a falta de investimento, mas de que maneira é feito o investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após traçar o panorama do esporte brasileiro através de alguns elementos que foram selecionados para o ensaio, verificamos

que as propostas e planejamento para o esporte brasileiro estão contidos, principalmente, no DC, CLs e PDE, e consistem, basicamente, em trabalhar para que os JO/PO 2016 deixem um legado esportivo, que consiste no aumento da prática esportiva entre a população e colocar o país entre as potências olímpicas e paraolímpicas. Para isso, algumas ações foram planejadas, como a criação de novas modalidades de bolsa, aumento na quantidade e no valor das bolsas, etc.

Da mesma forma, nos foi possível delinear alguns caminhos que poderiam facilitar o processo de busca de melhorias para o esporte brasileiro, principalmente, na esfera do rendimento: dar mais atenção ao trabalho de base e à captação/preparação de novos talentos; ao futuro dos atletas; aos técnicos e treinadores; ter mais cuidado na administração das entidades; utilizar os estudos da área das políticas públicas para o esporte para qualificar os programas, projetos e ações do GF e otimizar os investimentos feitos na área; investir/dar mais oportunidades a parcerias com a comunidade acadêmica; fazer análises e *benchmarking* com atletas, equipes ou países que são potências dentro do esporte, sempre levando em consideração a realidade do país e fazendo as devidas adaptações.

O que podemos observar através desse panorama é que o país tem em mãos o poder de fazer a diferença e provocar transformações importantes, principalmente na área do esporte. No que se refere ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, verifica-se a necessidade de mais pesquisas na área para analisar se os fatores contextuais, processuais e específicos estão sendo devidamente atendidos para que isso ocorra.

REFERÊNCIAS

- BERGSGARD, N.A. et. al.. **Sport policy.** A comparative analysis of stability and change. London: Elsevier, 2007.
- BBC BRASIL. **Londres 2012:** Brasil, o anônimo anfitrião para os estrangeiros. 06 de agosto de 2012. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120806_olympics_anonimo_anfitriao_rp.shtml Acesso em: 19 nov. 2012.
- BATLLE, A.; NIUBÓ, M. L'esport i la pràctica de l'activitat física a la ciutat de Barcelona després de Barcelona'92. In: MORAGAS, M. de; BOTELLA, M. (eds.) **Barcelona: l'herència dels Jocs. 1992-2002.** Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics – UAB: Ajuntament de Barcelona: Editorial Planeta, 2002. p. 197-218.
- BRASIL. **Caderno de Legado Brasil.** Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.
- _____. **Caderno de Legado Social.** Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.
- _____. **III Conferência nacional do esporte.** Tema: Plano Decenal de Esporte e Lazer. 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. Texto Básico. Brasília: Ministério do Esporte, 2009c.
- CARRANCA, A.; CHADE, J. Desempenho do Brasil em Londres deflagra racha entre Governo e COB. **O Estado de São Paulo**, 13 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,desempenho-do-brasil-em-londres-deflagra-racha-entre-o-governo-e-cob,915827,0.htm> Acesso em: 20 out. 2012.
- CARRANCA, A. Governo mantém aposta no alto rendimento do Brasil na

- Olimpíada. **O Estado de São Paulo**, 14 de agosto de 2012. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,governo-mantem-aposta-no-alto-rendimento-do-brasil-na-olimpiada,916134,0.htm> > Acesso em: 20 out. 2012.
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**. v. 1. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- COSTA, C. **Londres 2012**: Especialista liga falhas de ginastas brasileiros a precariedade no esporte. *BBC Brasil em Londres*, 31 de julho de 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120725_olympics_ginastica_artistica_cc.shtml Acesso em: 19 nov. 2012a.
- _____. **Após investimento, Brasil avançou em medalhas, mas ‘perdeu bonde para 2016’**. *BBC Brasil em Londres*, 12 agosto de 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120812_olympics_investimento_esporte_cc.shtml Acesso em: 19 nov. 2012b.
- De Bosscher, V. et. al. **The global Sporting Arms Race**. An international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success. Aachen: Meyer & Meyer, 2008.
- DIGEL, H., BURK, V., & FAHRNER, M. High-performance sport. An international comparison. **Edition Sports International**, 9. Weilheim/Teck. Tubingen, DE: Bräuer, 2006.
- GREEN, M.; HOULIHAN, B. **Elite Sport Development Policy Learning and Political Priorities**. Oxon: Routledge, 2005.
- GREEN, M., E COLLINS, S. Policy, politics and path dependency: Sport development in Australia and Finland. **Sport Management Review**, 11, 2008, p. 225–251.
- MONFORTE, J. Marco para desarrollar estrategias de benchmarking. In: **I Jornada de Excelencia en la Gestión Universitaria**. Cádiz, 20 y 21 set. 2007.
- OAKLEY, B., GREEN, M. Elite sport development systems and playing to win: Uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, 20, 2001, p. 247–267.
- PORTAL DO BRASIL. **Brasil quer ficar entre os dez países com mais medalhas nas Olimpíadas Rio 2016**. 13 agosto de 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/13/brasil-quer-ficar-entre-os-dez-paises-com-mais-medalhas-nas-olimpiadas-rio-2016> Acesso em: 19 nov. 2012.
- REYES, L. del. T. Benchmarking para organizaciones deportivas. **GestioPolis**, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/administracion-estrategia-2/benchmarking-organizaciones-deportivas.htm> Acesso em: 06 nov. 2012.
- SOLER, A. **Inteligencia Deportiva**. Barcelona: Plataforma Editorial, 2012.
- UK IN BRAZIL. **Bem-sucedido, investimento britânico em esportes continua após Olimpíadas**. 11 de agosto de 2012. Disponível em: <http://ukinbrazil.fco.gov.uk> Acesso em: 11 nov. 2012.

RIO 2016: opportunities and challenges for Brazilian Sport

ABSTRACT

The main objective of this paper is to describe the scenery of the Brazilian sport, mainly in the sphere of the high performance sport, in the context of the preparation and organization of the Olympic and Paralympic Games 2016 through the planning, actions and the funding for sport in this period and the appreciation of similar experiences that allow us to point out some paths so that the main proposed objectives are achieved. After covering the indicated scenery, we verified the main proposals and planning for the Brazilian sport in the surrounding context for this study and we outlined some suggestions for achieving the expected improvements to the area, mainly in the high performance sport's sphere.

Keywords: Rio 2016 Olympic and Paralympic Games; Brazilian Sport; Sports Management.

Recebido em: outubro/2013
Aprovado em: novembro/2013